



GESTÃO FISCAL

Informativo

2º Quadrimestre de 2023



Assembleia Legislativa
do Estado de Pernambuco

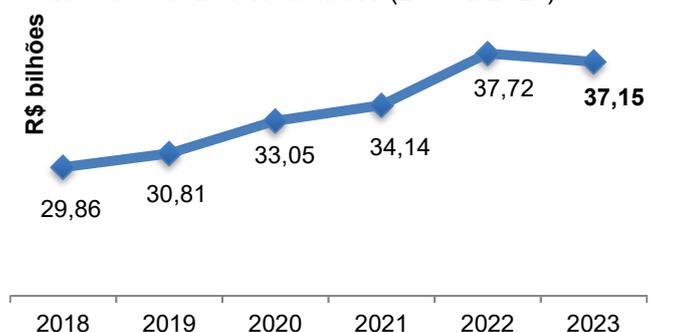
2º QUADRIMESTRE DE 2023

Receita Corrente Líquida

A Receita Corrente Líquida (RCL) representa a soma, nos últimos 12 meses (setembro/2022 a agosto/2023), da arrecadação tributária e das demais receitas correntes (patrimonial, industrial, agropecuária, de serviços e transferências correntes), deduzida das parcelas entregues aos municípios por determinação constitucional. É utilizada como parâmetro para a maioria dos indicadores estabelecidos pela LRF, tais como a dívida pública e os gastos com pessoal.

Verifica-se que o resultado do 2º quadrimestre de 2023 representou a primeira queda desde 2018, tendo atingido no atual quadrimestre uma diminuição de 1,5% em relação ao mesmo período do ano anterior. A queda na arrecadação de ICMS foi o principal fator para esse resultado, ainda que tenha sido amenizado por um aumento das receitas com FPE.

Gráfico 1 – RCL– Pernambuco (2018 a 2023)



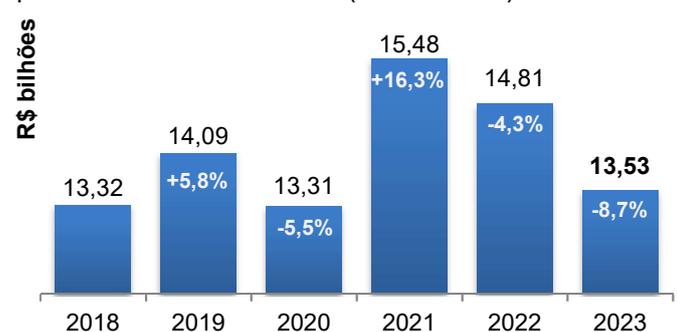
Fonte: Relatório Resumido de Execução Orçamentária (4º bimestre). *Dados atualizados pelo IPCA.

ICMS

O ICMS é a receita mais relevante entre aquelas que compõem a RCL. Entre janeiro e agosto de 2023, a arrecadação desse imposto alcançou R\$ 13,53 bilhões, o que representa uma redução de 8,7% em relação ao mesmo período de 2022, que já havia registrado queda em relação ao ano anterior.

Com essa nova queda, o montante recolhido em 2023, até agosto, encontra-se em patamar inferior ao aferido no mesmo período de 2019.

Gráfico 2 – ICMS arrecadado até o segundo quadrimestre - Pernambuco (2018 a 2023)



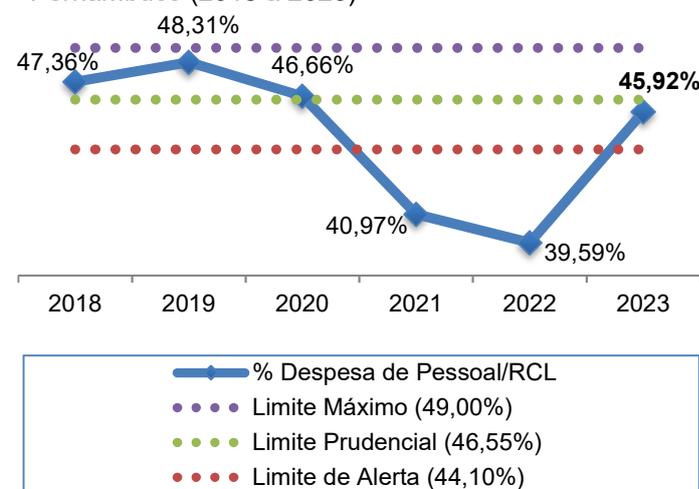
Fonte: Relatório Resumido de Execução Orçamentária (4º bimestre). *Dados atualizados pelo IPCA.

Despesa Total com Pessoal – Poder Executivo

O indicador de Despesa Total com Pessoal (DTP) estabelecido pela LRF é fundamental para a análise da saúde financeira dos entes públicos. A LRF estabeleceu três tipos de limites: máximo, prudencial e de alerta.

Ao final do 2º quadrimestre de 2023, esse indicador do Poder Executivo encontra-se bastante próximo ao limite prudencial.

Gráfico 3 – Despesa Total com Pessoal do Poder Executivo – Pernambuco (2018 a 2023)



Fonte: Relatório de Gestão Fiscal (2º quadrimestre).

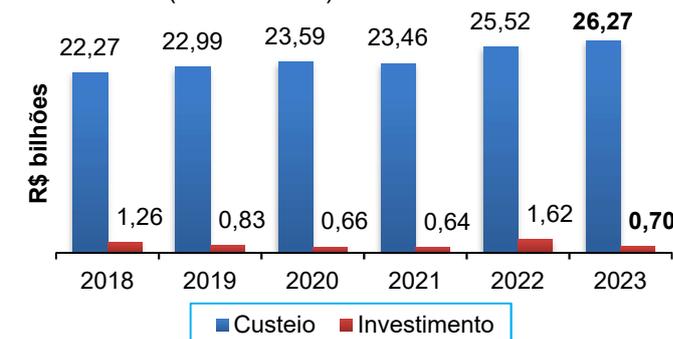
Custeio e Investimento

A relação entre custeio e investimento permite observar quanto o Estado é capaz de desembolsar com infraestrutura e, ao mesmo tempo, manter a administração pública em funcionamento.

O custeio compreende as despesas com pessoal e com outras despesas correntes (energia elétrica, material de expediente, etc.). Já os investimentos incluem tanto as obras quanto as inversões financeiras.

Os dados demonstram que as despesas de custeio atingiram o maior patamar da série histórica, enquanto os investimentos sofreram uma redução significativa (-57,1%) em relação ao ano anterior.

Gráfico 4 – Despesas com custeio e com investimento – Pernambuco (2018 a 2023)



Fonte: Relatório Resumido de Execução Orçamentária (4º bimestre). *Dados atualizados pelo IPCA.

Resultado Previdenciário

O resultado previdenciário é definido pela diferença entre as receitas e as despesas previdenciárias do regime próprio de previdência estadual.

Com a reforma de 2019, Pernambuco passou a ter dois fundos previdenciários para seus servidores civis: o Funafin (repartição simples) e o Funaprev (capitalização). Nos dois primeiros quadrimestres de 2023, o Funafin registrou déficit de R\$ 2,0 bilhões. Já o Funaprev, em funcionamento desde agosto de 2020, registrou apenas receitas, que totalizaram R\$ 84,5 milhões.

Por sua vez, a Seguridade Social Militar, também criada pela reforma de 2019, foi deficitária em R\$ 1,2 bilhão. Esse déficit, por determinação da legislação nacional, deve ser coberto pelo Tesouro Estadual.

Tabela 1 – Receitas, despesas e resultado do Regime Próprio de Previdência – Pernambuco de 2023

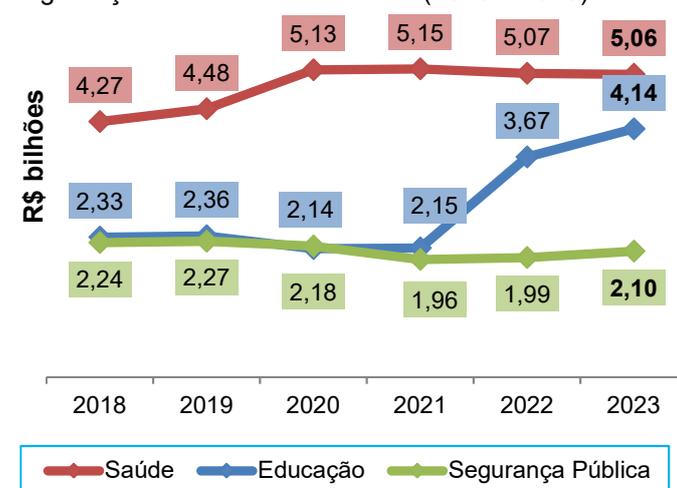
R\$ milhões			
Regime	Receitas	Despesas	Resultado
Funaprev	84,5	0,0	84,5
Funafin	1.828,8	3.830,0	-2.001,2
Proteção Social Militar	262,6	1.497,6	-1.235,0

Fonte: Relatório Resumido de Execução Orçamentária (4º bimestre).

Despesas por Função

Segundo o último demonstrativo de despesas por função publicado pelo Poder Executivo, verifica-se que, dentre as principais áreas de atuação do estado, a saúde e a segurança pública mantiveram-se praticamente estáveis entre 2022 e 2023. Já a educação apresentou crescimento real de 12,8% no período. O aumento de nível observado no biênio 2022-2023 em relação aos anos anteriores decorreu principalmente do pagamento de precatórios do Fundef aos profissionais do magistério, que totalizou R\$ 865,9 milhões em 2022 e R\$ 874,6 milhões em 2023.

Gráfico 5 – Despesas com Saúde, Educação e Segurança Pública – Pernambuco (2018 a 2023)



Fonte: Relatório Resumido de Execução Orçamentária (4º bimestre).
*Dados atualizados pelo IPCA

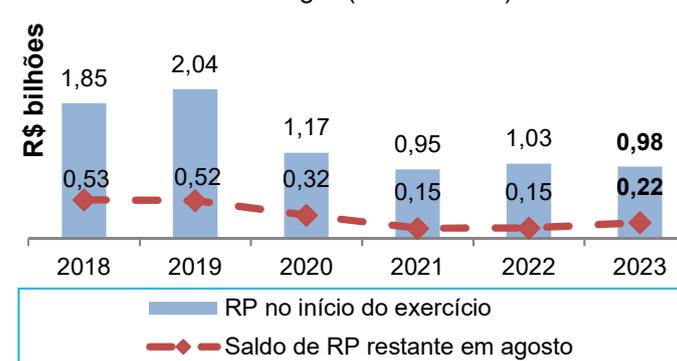
Restos a Pagar

De acordo com a Lei nº 4.320/1964, consideram-se restos a pagar as despesas empenhadas, mas não pagas até o dia 31 de dezembro.

O total de restos a pagar do estado de Pernambuco no início de 2023 era equivalente a R\$ 984,5 milhões. Até agosto, já haviam sido pagos R\$ 752,1 milhões e cancelados outros R\$ 8,5 milhões, resultando em R\$ 223,8 milhões (0,22 bilhão no gráfico abaixo) pendentes de pagamento.

Observa-se que o saldo a quitar de restos a pagar do exercício de 2023, ao final de agosto, é semelhante ao dos dois anos anteriores.

Gráfico 6 – Restos a Pagar (2018 a 2023)



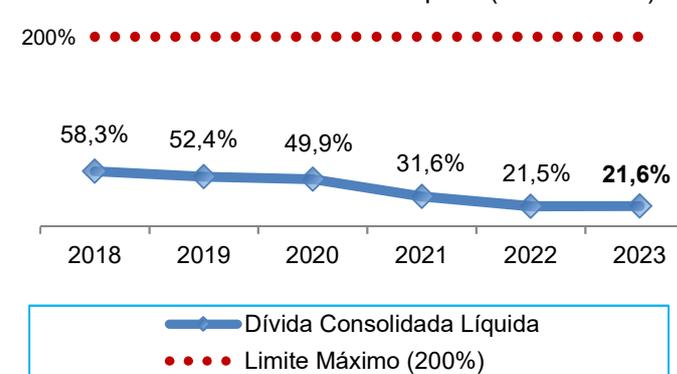
Fonte: Relatório Resumido de Execução Orçamentária (4º bimestre).
*Dados atualizados pelo IPCA

Dívida Consolidada Líquida

A Dívida Consolidada Líquida (DCL) representa o montante total das obrigações financeiras do estado, assumidas em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados, deduzidas as disponibilidades de caixa, as aplicações financeiras e os demais haveres financeiros. Também compõe a DCL a realização de operações de crédito, para amortização em prazo superior a doze meses.

A Resolução nº 40/2001 do Senado Federal estabelece que, para cada estado da Federação, o limite máximo da DCL é equivalente ao dobro (200%) da Receita Corrente Líquida. O patamar pernambucano em agosto de 2023 foi equivalente a 21,6%, estável em relação ao ano anterior e bem abaixo do limite máximo.

Gráfico 7 – Dívida Consolidada Líquida (2018 a 2023)



Fonte: Relatório de Gestão Fiscal (2º quadrimestre).